

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo de 25 a 30 linhas, em norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema **A FLEXIBILIZAÇÃO DA POSSE DE ARMAS DE FOGO NO BRASIL RESOLVERÁ OS PROBLEMAS DA SEGURANÇA?**, apresentando proposta de conscientização social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

### Texto I

#### Bolsonaro assina decreto que facilita posse de armas

Texto estabelece situações em que está presente a 'efetiva necessidade' de possuir arma em casa. Decreto ainda estende de 5 para 10 anos a validade do registro da posse.

O texto assinado por Bolsonaro modifica um decreto de 2004, que regulamenta o Estatuto do Desarmamento. O Estatuto dispõe sobre regras para posse e porte de arma no país.

"Como o povo soberanamente decidiu por ocasião do referendo de 2005, para lhes garantir esse legítimo direito à defesa, eu, como presidente, vou usar esta arma", disse Bolsonaro, mostrando uma caneta antes de assinar o decreto.

No discurso, o presidente afirmou que o decreto restabelece um direito definido no referendo.

"Infelizmente o governo, à época, buscou maneiras em decretos e portarias para negar esse direito", disse Bolsonaro. "O povo decidiu por comprar armas e munições e nós não podemos negar o que o povo quis nesse momento", declarou.

Segundo pesquisa do Instituto Datafolha divulgada em 31 de dezembro, 61% dos entrevistados consideram que a posse de armas de fogo deve ser proibida por representar ameaça à vida de outras pessoas.

No discurso na solenidade de assinatura do decreto, Bolsonaro criticou a maneira como a lei até então em vigor exigia comprovação da "efetiva necessidade" de ter uma arma em casa. Segundo ele, essa regra "beirava a subjetividade".

O novo texto mantém a exigência da efetiva necessidade, mas estabelece as situações concretas em que se verificam a "efetiva necessidade".

Além disso, a Polícia Federal, ao analisar a solicitação, vai presumir que os dados fornecidos pelo cidadão para comprovar a "efetiva necessidade" são verdadeiros.

Com isso, segundo o ministro Onyx Lorenzoni, a "verdade" estará com o cidadão quando ele fizer o pedido. "Basta uma declaração do cidadão e esta declaração será tomada como verdade", afirmou.

Na cerimônia, Bolsonaro afirmou que, mediante convênios, a PF poderá fazer parceria com polícias locais para analisar os pedidos de posse de armas.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/bolsonaro-assina-decreto-que-facilita-posse-de-armas.ghtml>

### Texto II

Relatório da Human Rights Watch critica facilidade da posse de armas no Brasil.

A ONG de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch, publicou na quinta-feira (17) um relatório criticando a facilitação da posse de armas no Brasil. A preocupação é como o governo Jair Bolsonaro vai se relacionar com as organizações não governamentais. A ONG afirma que o Brasil precisa combater a violência dentro do seu marco legal, e criticou propostas de encorajar a polícia a matar e a facilitação de posse de armas para a população. Além disso, o argumento do governo de que o acesso às armas vai permitir às mulheres se defender "não é uma resposta séria" à violência doméstica, afirmou a ONG. O chileno José Miguel Vivanco, diretor da Human Rights Watch (foto), para as Américas esteve durante a semana com os ministros da Justiça, Sérgio Moro, da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz e Direitos Humanos, Damara Alves. - Jornal do Comércio

<https://www.jornalcomercio.com/ conteudo/galeria de imagens/2019/01/666270-relatorio-da-human-rights-watch-critica-facilidade-da-posse-de-armas-no-brasil.html>

### Texto III

# RAIO-X DO DECRETO

Como será a flexibilização da posse de armas de fogo no Brasil

## ESTATUTO DO DESARMAMENTO

■ Alterações anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro tratam do Decreto 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamentou o Estatuto do Desarmamento, de 22 de dezembro de 2003. As medidas não mudam a lei, porque alterações no estatuto passam obrigatoriamente pelo Congresso Nacional, mas alteram pontos do decreto.

### POSSE X PORTE

■ O decreto trata apenas da posse de arma, ou seja, da autorização para manter uma arma em casa ou no local de trabalho (desde que o dono da arma seja o responsável legal pelo estabelecimento).

■ Não houve mudanças nas regras para o porte de arma, que autoriza transportar e carregar a arma pelas ruas. Para o porte é preciso ter um documento que dá o direito de transportar a arma.

■ Para obter autorização de portar arma fora de casa é preciso demonstrar a necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça a integridade física.

## PRINCIPAIS MUDANÇAS

### 1) COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DE ARMA DE FOGO

- A principal mudança é a necessidade de comprovar a efetiva necessidade da posse da arma.
- Antes, cabia à Polícia Federal analisar se o requerente do registro tinha real necessidade de ter arma em casa.
- Com o decreto, podem requerer a posse moradores de áreas urbanas de estados com índice de homicídios acima de 10 por 100 mil habitantes.
- O Atlas da Violência de 2018 (com dados de 2016) – documento usado pelo governo como base para avaliação dos pedidos para registro de arma – indica que todos os estados têm índices acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes. São Paulo, que tem a menor taxa de homicídio, registra 10,9 por 100 mil habitantes.
- Todos os moradores das áreas rurais passam a ter direito ao posse de arma.

### 2) COFRE OU LOCAL SEGURO PARA GUARDAR A ARMA

- O decreto estabelece que, para conseguir o registro, é preciso apresentar declaração de que a residência tem cofre ou local seguro com tranca caso o requerente more com crianças, adolescentes ou pessoa com deficiência moral.
- No entanto, o texto não fala em apresentar “prova” de que o requerente tem local seguro para guardar na casa e não menciona formas de fiscalização nas residências para comprovar como a determinação será cumprida.

### 3) RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA

- Antes, os donos das arma de fogo precisavam renovar, a cada cinco anos, os requisitos para manter o direito à posse.
- A partir do decreto, a validade dos registros passa a dobrar de tempo, sendo necessária a renovação a cada 10 anos.

### 4) QUANTIDADE DE ARMAS DE FOGO POR PESSOA

- O decreto determina também que as novas regras se aplicam para aquisição de até quatro armas de fogo por requerente
- A quantidade, entretanto, poderá ser superior em circunstâncias que justifiquem a aquisição de mais armas. Exemplo: em propriedades rurais com mais de quatro edificações, será possível ao proprietário ter mais de quatro armas.

## REGRAS QUE PERMANECEM INALTERADAS

### 1) PARA TER POSSE DE ARMA, É PRECISO CUMPRIR REQUISITOS ESTABELECIDOS PELO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

- Ser maior de 25 anos
- Ter ocupação lícita e residência fixa
- Não ter sido condenado ou responder a inquérito ou processo criminal
- Comprovar a capacidade técnica e psicológica para uso da arma

### 2) A PUNIÇÃO PARA POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMAS DE FOGO NO BRASIL CONTINUA A MESMA

- Um a três de prisão, ou multa, para posse ilegal
- Dois a quatro anos de prisão, ou multa, para o porte ilegal

FONTES: Estatuto do Desarmamento e Decreto 9.685, de 15 de janeiro de 2019

## PROPOSTA UVA

Nas últimas eleições presidenciais no Brasil, percebemos o seguinte fato: os eleitores não debateram ideias que buscassem soluções para os problemas estruturais do país, e sim, ficaram apenas no campo ideológico-partidário de discussão. **SERÁ QUE OS ELEITORES BRASILEIROS PERDERAM A CRITICIDADE?** Elabore um texto dissertativo apresentando sua opinião sobre o fato exposto.